

Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 12.985 - RS (2019/0278954-7)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
REQUERENTE : DIONES TARCISO RIBEIRO CHAGAS
ADVOGADO : ANA PAULA DE LEMOS LEAL BECKER - RS097970
REQUERIDO : NADIR ALVES LOURENCO

DECISÃO

Cuida-se de pedido formulado por DIONES TARCISO RIBEIRO CHAGAS, objetivando a concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial que interpuseram contra acórdão proferido pelo TJ/DF.

Ação: interdito proibitório ajuizado por NADIR ALVES LOURENÇO em face do requerente e PEDRO PAULO AMORIM.

Sentença: julgou procedente o pedido formulado, determinando que o requerente e PEDRO PAULO AMORIM se abstenham de turbar ou esbulhar a posse de NADIR ALVES LOURENÇO, sob pena de incidir em multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias-multa.

Acórdão: negou provimento à apelação do requerente, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. POSSE (BENS IMÓVEIS). AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. PRESENÇA DE PROVA DA AMEAÇA E JUSTO RECEIO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. MANTIDA.

- O interdito proibitório é ação possessória, destinada à proteção da posse ainda não esbulhada ou turbada, mas que se encontra na iminência de o ser.

- Alegação de ilegitimidade passiva que se confunde com o mérito da lide. Corréu que adquire o imóvel do ex-convivente da autora e o revende a terceiro durante o trâmite da ação, não afasta sua legitimidade passiva, pois quando do ajuizamento da demanda estava praticando a ameaça à posse da autora. Alegação de desconhecimento do relacionamento mantido entre as partes que não foi objeto de prova durante a instrução processual.

- Parte autora que demonstra ameaça à posse antes exercida, em razão da união estável mantida com o corréu, este que acabou vendendo o bem a terceiro sem sua participação ou autorização.

APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (e-STJ fl. 14)

Embargos de declaração: opostos pelo requerente, foram

rejeitados.

Recurso especial: fundamentado exclusivamente na alínea “a” do permissivo constitucional. Alega violação dos art. 1196 do CC; 561, I e 1021, parágrafo único, do CPC/2015. Afirma que a requerida não comprovou a posse do imóvel em debate e que deduz sua posse pelo reconhecimento de união estável com PEDRO PAULO AMORIM. Aduz que tomou conhecimento da ação de interdito proibitório em 19/04/2016, quando da sua citação, quase dois anos depois da alienação do imóvel a terceiro.

Pedido de efeito suspensivo ao recurso especial: aponta, em síntese, como plausibilidade do seu direito o fato de que a requerida não comprovou a sua posse e o imóvel *sub judice* está em poder de terceiro; e perigo da demora a impossibilidade de “reverter ao status quo ante” e a indenização de 25% postulada pela requerida em processo judicial de cumprimento de sentença contra seu ex-companheiro (e-STJ fls. 3/5).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Inicialmente, faz-se mister destacar que o art. 1.029, § 5º, do CPC/2015 prevê que:

Art. 1.029. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido (...)

§ 5º O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido:

I - ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo;

II - ao relator, se já distribuído o recurso;

III - ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do recurso, assim como no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037 (grifos acrescentados).

Como se vê, via de regra, a competência do Superior Tribunal de Justiça para o exame do pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial instaura-se após o juízo de admissibilidade a ser realizado pelo Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal *a quo*.

Na hipótese dos autos, verifica-se que ainda está pendente o juízo de admissibilidade, pelo TJ/RS, do recurso especial interposto pelo requerente, não estando aberta a competência desta Corte para análise do pedido de efeito suspensivo. Incide, na espécie, por analogia, a aplicação das Súmulas 634 e 635/STF (e-STJ fls. 50/52).

No entanto, faz-se mister ressaltar que esta Corte admite a atribuição de efeito suspensivo a recurso especial ainda não submetido ao juízo de admissibilidade pela instância de origem, desde que presentes, cumulativamente, os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni juris*, aliados à teratologia ou manifesta ilegalidade da decisão.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. 1. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM AÇÃO RESCISÓRIA. APELO NOBRE PENDENTE DE ADMISSIBILIDADE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. IMPOSSIBILIDADE. TERATOLOGIA NÃO VERIFICADA. 2. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Em se tratando de recurso especial pendente de juízo de admissibilidade, tal como se observa na espécie, apenas se mostra possível a esta Casa o exame da matéria quando efetivamente comprovada situação de manifesta ilegalidade ou teratologia, pois, de ordinário, a competência à análise do pedido emergencial é da Corte estadual (enunciados n. 634 e n. 635 da Súmula do Supremo Tribunal Federal).

2. No caso, não se vislumbra teratologia, haja vista que a ação rescisória foi julgada improcedente em razão da incidência do enunciado n. 343 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Sendo assim, salvo melhor juízo, não se está diante de decisão absurda ou manifestamente abusiva a autorizar a intervenção excepcional desta Corte.

3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg na MC 25.504/CE, 3ª Turma, DJe 28/03/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL PENDENTE DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE NA ORIGEM. INCOMPETÊNCIA.

SÚMULAS N. 634 E 635 DO STF. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. DECISÃO MANTIDA.

1. A competência do STJ para a apreciação de ação cautelar objetivando a concessão de efeito suspensivo a recurso especial instaura-se, a rigor, após a realização do juízo de admissibilidade no Tribunal de origem. Aplicação, por analogia, das Súmulas n. 634 e 635 do STF.

2. Somente em hipóteses excepcionais, quando patente a teratologia da decisão e, também, demonstrados os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, a jurisprudência desta Corte permite a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial pendente de exame de admissibilidade na origem.

3. No caso concreto, não lograram os requerentes demonstrar a existência dos requisitos autorizadores do excepcional provimento acautelatório almejado.

4. A jurisprudência do STJ assentou o entendimento de que, ausentes os pressupostos para deferir efeito suspensivo a recurso especial, impõe-se a extinção do processo, sem a resolução do mérito, com suporte na regra dos arts. 38 da Lei n. 8.038/1990, 34, XVIII, do RISTJ e 267, VI, do CPC. Precedentes.

5. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg na MC 25.021/SP, 4ª Turma, DJe 11/03/2016).

Os requisitos exigidos, sobretudo a teratologia do acórdão recorrido, não estão, no entanto, demonstrados na espécie, o que inviabiliza a superação do entendimento das Súmulas 634 e 635/STF.

Da análise dos autos, verifica-se que o acórdão recorrido, definiu que "resta comprovado nos autos que o imóvel objeto da lide, efetivamente, foi objeto de Escritura de Compra e Venda entre os réus Pedro Paulo, com sua então mulher Clelia, e Diones, na data de 13 de maio de 2013, pelo valor de R\$20.000,00, nos termos da cópia do Instrumento juntado às fls. 14-15. Escritura Pública registrada junto à matrícula do imóvel em 22 de maio de 2013 (fls. 16-17)" (e-STJ fls. 18/19); e que "foi reconhecido o direito da autora à partilha dos bens adquiridos na constância da união estável que manteve com o réu Pedro Paulo, pouco importando a colaboração financeira prestada, inclusive o imóvel objeto da ação reintegratória, que foi utilizado como residência do casal" (e-STJ fl. 19).

No seu recurso especial, o requerente indica violação dos arts.

Superior Tribunal de Justiça

1196 do CC; 561, I e 1021, parágrafo único, do CPC/2015, mas não demonstra como a solução da controvérsia superará a incidência da Súmula 7 do STJ, que obsta o reexame dos elementos de convicção dos autos.

Verifica-se, em juízo perfunctório, próprio das medidas cautelares, que o requerente não demonstra, de maneira consistente, a plausibilidade da reforma do acórdão recorrido, cuja conclusão foi no sentido de que a requerida cumpriu seu ônus probatório quanto à comprovação de sua posse e as ameaças de esbulho e turbação cometidos pelo requerente (e-STJ fl. 21).

Assim, não demonstrada a existência de *fumus boni iuris*, referente à teratologia ou abusividade no acórdão recorrido, torna-se prescindível o exame sob a ótica do *periculum in mora*, haja vista não estar presente a hipótese que autoriza a intervenção excepcional desta Corte.

Forte nessas razões indefiro liminarmente a petição inicial, com supedâneo no art. 34, XVIII, do RISTJ, e, por consequência, JULGO EXTINTO o processo sem exame do mérito.

Publique-se. Intimem-se.

Após, archive-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora